

**A essência da contabilidade aplicada na gestão  
pública eficiente**

**Contabilidade Governamental** / Antônio Benedito Silva Oliveira, Marília Cássia Teixeira, São Paulo, Saraiva Educação, 2019.

Antônio Benedito Silva Oliveira é bacharel, mestre e doutor em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Faculdade de Tecnologia (Fatec-Osasco). Atua como consultor de empresas no campo de Gestão Econômica. Desenvolve atividades como pesquisador acadêmico e como profissional implementando áreas de controladoria e realizando modelagens econômicas de produtos, eventos, atividades e organizações.

Marília Cássia Teixeira é mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Ciências Contábeis pela PUC-SP. Possui experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas. Atuou na Prefeitura do Município de São Paulo por 12 anos.

Contabilidade governamental, uma abordagem sobre as tomadas de decisão, a eficácia na gestão e a governança no setor público é uma obra que busca apresentar a contabilidade pública como ferramenta imprescindível à viabilização da efetividade positiva na gestão e governança do setor público. Trazendo o conceito, objeto e campo de aplicação da contabilidade pública, segundo a NBC T-16.1, norma brasileira de contabilidade aplicada ao setor público, onde define como “ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público,(...) oferecendo aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas” demonstrando a

preocupação da contabilidade como ciência aplicada no controle do patrimônio. Destacando a importância da qualidade da informação contábil e a tendência à convergência aos padrões internacionais aplicados ao setor público denominado de *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) onde objetiva-se tornar os relatórios de demonstrativos contábeis aplicados ao setor público comparáveis com outras entidades públicas internacionais contribuindo para o desenvolvimento nacional com o aumento de investimentos estrangeiros visto que esses investidores passam a conhecer e entender melhor a gestão pública nacional em comparação a outros países. Sendo objetivo precípuo dos gestores públicos buscar eficiência nas decisões tomadas, estes têm na contabilidade um suporte ferramental imprescindível, posto que, o acúmulo de informações com séries históricas é uma das técnicas utilizadas na contabilidade e podem contribuir para mensurar o tamanho do impacto das decisões, aperfeiçoamento dos processos, responsabilização dos envolvidos dentre outros aspectos. A contabilidade pública no Brasil segue um arcabouço legal, principiando pela Constituição Federal de 1988 que recepcionou a Lei 4.320/64 que trata do Orçamento Público, Lei Complementar 101/2000 conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal dentre outras, nessas legislações busca-se estruturar as fases de planejamento e controle, informações e procedimentos tanto para a realização de despesas quanto a de receitas. Demonstra que administrar recursos públicos requer ter conhecimento das disponibilidades financeiras e materiais e das necessidades da população. Levando em consideração as dimensões territoriais brasileiras é possível prever o tamanho do desafio e para enfrentá-lo é importante priorizar determinados segmentos que possam trazer maiores benefícios, surge aí o conceito de Políticas Públicas que são metas definidas pelo governo de acordo com sua visão política, econômica e ideológica, sempre alinhadas ao orçamento público que, para ser sustentável, precisa ter equilíbrio fiscal, isto é, não gastar mais do que se arrecada sendo este outro grande desafio na gestão pública que pode ser melhor gerenciado seguindo os princípios de contabilidade. É trazido para o seio da discussão sobre administração pública o conceito de *Accountability*, que, em síntese, é “a responsabilização e prestação de contas de uma organização aos seus *stakeholders*” (apud Kanaane). Observando que o profissional da contabilidade deve ser consultado constantemente nas tomadas de decisões, pois, mesmo com a forte influência política, estes profissionais não estão excluídos de serem responsabilizados o que

reforça a importância de seguirem toda a legislação, normas e demais suportes legais quando da execução de suas atividades e mesmo assim, conforme tratado posteriormente, não é tarefa fácil tendo em vista a necessidade de atualização dessa legislação. A administração pública e, por conseguinte, a contabilidade pública está pautada na legalidade, ou seja, está delimitada em sua atuação pelo regramento da lei, conforme descreve o art. 37 caput da CF/88, “*a administração pública direta e indireta (...) obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*”. Levando-se em conta a desatualização da lei que trata de sistema financeiro, orçamentário, patrimonial, de compensação e das novas necessidades de modelos modernos de gestão e apresentação dos relatórios contábeis alinhados ao IPSAS, está formado o Comitê Gestor da Convergência no Brasil para tradução das IPSAS este, composto pelo: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Pretende-se com esse trabalho modernizar a contabilidade pública no Brasil, melhorando o ambiente de trabalho do profissional da contabilidade pública e oferecendo ferramentas necessárias e mais precisas no desempenho de seu papel junto à sociedade. Após uma análise dos diferentes conceitos de modelos de tomada de decisão, através da história, é demonstrado as diferenças entre o modelo privado, mais dinâmico, e o público, mais travado devido a questão anteriormente tratada da legalidade. Importa destacar a utilização das ferramentas legais de planejamento na administração pública através do Orçamento, este baseado no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Como já mencionado, a contabilidade se utiliza de técnicas e ferramentas para gerar informações úteis a tomada de decisão, partindo deste ponto é apresentado os fundamentos da contabilidade pública através dos quatro subsistemas utilizados, quais sejam: orçamentário, patrimonial, custos e compensação. Todos esses subsistemas, cada um dentro de suas peculiaridades, emitem relatórios que servirão de base a tomada de decisão e acompanhamento (fiscalização) das mesmas. Apresenta o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) como um avanço na qualidade da informação contábil para melhor tomadas de decisão, por trazer a uniformização a nível nacional (União, estados, Distrito Federal e municípios) na classificação de elementos, facilitando o entendimento e análise comparativa dos demonstrativos contábeis.

A contabilidade pública é um ramo específico da ciência contábil e tem como objeto de estudo o patrimônio público. Este patrimônio pertence a todos, porém é administrado por poucos. Estes gestores públicos precisam ter competências específicas e estarem balizados com informações tempestivas e confiáveis e, dentro de um arcabouço de legalidade, criar um planejamento através de ferramentas de gestão, que neste caso está pautado na Lei 4.230/68 que trata do orçamento público e suas etapas (PPA, LDO e LOA), dentre outras diretrizes legais. Uma das problemáticas apresentadas pelo livro é o atraso dessa legislação comparado com os novos modelos internacionais de prestação de contas públicas, as IPAS, contudo, em trabalho conjunto entre diversas instituições o Brasil vem buscando realizar a tradução e implantação desses modelos e um desses avanços é a utilização do PCASP em todos os níveis da administração pública (União, estados, Distrito Federal e municípios). É imprescindível o alinhamento dos profissionais que atuam na contabilidade pública com os tomadores de decisões, em muitos casos decisões apenas político-populistas, posto que, a responsabilização por atos ilegais pode e, certamente irá afetar esses profissionais.

Isto posto, é recomendável a leitura da referida obra por aqueles que pretendem conhecer melhor a forma de gestão atual e futura dos recursos públicos no Brasil, isto inclui estudantes de graduação nas áreas de contabilidade, administração, economia e afins, bem como os que militam e ocuparem cargos públicos, pois precisarão conhecerem a estrutura das finanças públicas. Vale destacar que esta obra traz uma linguagem hora muito técnica: utilizando conceitos, modelos de relatórios e outras estruturas técnicas muito utilizados na ciência contábil o que pode representar certa dificuldade de entendimento pelo público em geral. Todavia, naquilo que está direcionado a gestão e seus modelos de trabalho, reforçando o conhecimento histórico deles, é utilizada linguagem acessível ao público em geral. Assim como na iniciativa privada os demonstrativos contábeis, para serem inteligíveis e melhor aproveitados, requerem de seus usuários certa aplicação a conhecer o mercado onde pretendem aplicar seus recursos, na gestão administrativa dos recursos públicos é imprescindível que os gestores se apliquem a conhecer as ferramentas e arcabouços legais existentes a fim de apresentarem resultados com eficiência e eficácia, conforme determina a lei sobre recursos públicos e esta obra atende a essa necessidade específica.